



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.COPAM - Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG

ATA

CÂMARA DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS

ATA DA 105ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2025

Em 25 de setembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Kamila Esteves Leal, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Clésio César Galvão Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Felipe Dutra Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Raphael Sardinha Moreira de Castro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Juberito de Oliveira, do Conselho Regional dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (CRT/MG). Representantes da sociedade civil: Danielle Maciel Ladeia Wanderley, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); Ana Luísa Coimbra Ferreira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Maria Elizabeth Patrícia Pimenta de Carvalho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Neide Nazaré de Souza, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Márcio Croso Soares, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). Assuntos em pauta. **1) ABERTURA**. Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Kamila Esteves Leal declarou aberta a 105ª reunião da Câmara de Atividades Industriais e fez leitura de memorando da SEMAD com sua designação para presidir esta sessão. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS**. Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA**. Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: "É só para comunicar que continua aberta a consulta pública para receber sugestões da sociedade sobre o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A iniciativa busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos e garantir maior clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de escuta e construção coletiva das políticas ambientais do Estado. As contribuições podem ser enviadas por meio de formulário eletrônico que se encontra disponível no site da SEMAD. Nós convidamos a todos para nos seguirem pelas nossas redes sociais, para ficarem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente em Minas Gerais: @meioambienteminasgerais." **5) EXAME DA ATA DA 104ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 104ª reunião da Câmara de Atividades Industriais, realizada em 28 de agosto de 2025. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Sedese, Segov, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço, Zeladoria do Planeta, Cefet e SME. Ausência: Codemig. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO/INCLUSÃO DE CONDIÇÕES DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**. **6.1) Diamed Latino América Ltda. Bio-Rad Laboratórios Brasil Ltda. Fabricação de produtos para diagnósticos com sangue e hemoderivados, farmacêuticos (matéria-prima e princípios ativos), vacinas, produtos biológicos e ou aqueles provenientes de organismos geneticamente modificados. Lagoa Santa/MG. PA/Nº 11407/2004/001/2025. Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0011072/2021-86. Classe 5. Apresentação URA CM. Retorno de vista pelas conselheiras Danielle Maciel Ladeia Wanderley, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); e Ana Luísa Coimbra Ferreira, representante da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig)**. Processo baixado em diligência a pedido da URA Central Metropolitana, para adequação do Parecer Único, conforme informado pela Presidência. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO**. **7.1) Valgroup RJ Indústria de Embalagens Rígidas Ltda. Moldagem de termoplástico não organoclorado. Poços de Caldas/MG. PA/SLA/Nº 7387/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Sedese, Segov, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço, Zeladoria do Planeta, Cefet e SME. Ausência: Codemig.** Manifestações que antecederam a votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: "Bom dia a todos e todas. Bom dia, presidente, bom dia, conselheiros e conselheiras. Meu nome é Danielle Farias, hoje inscrita como sociedade civil, mas pertencente à categoria de servidores ambientais. Sou lotada na FEAM. E hoje venho me manifestar nesta Câmara a respeito do nosso movimento grevista. Eu gostaria de ler um documento. Antes que seja questionado se isso é referente ao ponto de pauta, eu coloco que tudo que é deliberado dentro das Câmaras Técnicas é referente aos servidores ambientais. E como nós servidores ambientais estamos em greve e os nossos pontos de pauta grevista são referentes à valorização da carreira, isso tudo está interligado. Então eu vou iniciar com a leitura. 'A categoria reconhece a relevância desta Câmara, que tem como competências trabalhar temas de extrema importância. Ocorre que hoje, dia 25/9, a categoria dos servidores que assinam todos os pareceres desta pauta estão completando 25 dias corridos de movimento grevista em prol do fortalecimento da carreira. Não vamos entrar no mérito de julgar tecnicamente ou mesmo fazer um pente fino de todo o trabalho tão bem executado pelos colegas de norte a sul do Estado, pois prezamos pela conduta ética e moral. Por outro lado, não há como não realizar uma interferência civilizatória. Não consideramos digno e justo que neste cenário de maior greve geral da história do Sisema que esses processos sejam encaminhados para deliberação. Logo, clamamos pela sensibilidade da presidente desta mesa para que retire todos os processos de pauta até que o movimento grevista seja encerrado, o que implica em apresentação de proposta plausível pelo governo referente aos 21 pontos de pauta levados pela categoria. Adicionalmente, clamamos pela sensibilidade de todos os conselheiros e conselheiras que compõem esta Câmara para que peçam, reiteradamente, vista de todos os processos da pauta até que o movimento grevista seja encerrado, o que implica em apresentação de proposta plausível pelo governo referente aos 21 pontos de pauta levantados pela categoria. Muito para além de moção de apoio, esperamos ação efetiva por parte desta Câmara, e não há caminho a não ser criando obstáculos, tornando evidente a grande participação dos servidores públicos do meio ambiente para que essas entregas sejam feitas para a sociedade. É o que gentilmente pedimos." Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "Como foi falado pela minha companheira Danielle, não tem como esta Câmara deliberar alguma coisa sem a colaboração dos analistas ambientais que hoje estão de greve. Então hoje estamos aqui como sociedade civil, mas por diversas vezes participamos como autor de pareceres que são deliberados por todos. Então a gente vem aqui reconhecer a importância das análises que são feitas e a importância das discussões que são colocadas aqui pelos conselheiros. É impossível dissociar a análise desse empreendimento que hoje está em sua última etapa e não pensar em todo o processo que ele levou até chegar aqui. E o processo só se inicia e tem continuidade porque servidores do Sisema se comprometem seriamente com ele, desde o ato do protocolo até sua pauta no COPAM. É muita coisa que esses servidores enfrentam para que vocês tenham segurança no encaminhamento conforme o parecer. Especificamente desse empreendimento, a garantia de um descarte correto dos efluentes, a garantia de que os monitoramentos de água realmente cobrem toda a área impactada, a garantia de que se tem disponibilidade de água do processo para o processo produtivo têm a dedicação de um analista ambiental que vai a campo sem segurança, com salários defasados, sem seguro de vida e enfrenta situações diversas, desde da possibilidade de contaminação por substâncias e picada de animais peçonhentos. Nesse sentido, é de extrema importância valorizar esses servidores que hoje estão em greve, diante de 80% da defasagem salarial e não aprovação de um plano de carreira que valide todo esse esforço para que os senhores possam ter a certeza de que não estão aprovando impactos ambientais sem a sua devida

mitigação.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Sou Renata Dutra. Assim como as colegas Laura e Danielle se inscreveram, eu hoje, pela primeira vez nestes 11 anos de dedicação ao Sisema, estou me inscrevendo enquanto sociedade. É o lugar que eu gostaria de estar agora? Não, não é. Por quê? Porque eu gostaria de estar inscrita para poder estar trazendo para os conselheiros, defendendo os pareceres produzidos, enfim, na nossa rotina de trabalho, em condições normais de atuação. Ocorre que, como as colegas expuseram, nós estamos em movimento grevista há 25 dias, e a FEAM, que é a Fundação Estadual do Meio Ambiente, quem hoje responde pela emissão de atos autorizativos no Estado, atingimos né, ao longo desses dias 70% do nosso corpo efetivo em movimento grevista. Esse número poderia ser muito maior, mas, como a gente preza pelos 30% mínimos em atividade, já conseguimos atingir esse teto. E é esse corpo efetivo da FEAM que faz essa entrega para o COPAM, para as Câmaras Técnicas. Então, se não existem esses servidores assinando esses pareceres, não haverá como existir câmara, não haverá como existir conselho. Então como no caso aqui o objeto que está em pauta é o parecer produzido pelos queridos colegas da Regional Sul de Minas, Cátia, Michele, Kezyia, Anderson e todo mundo, até mesmo para não ficar tão vago para os conselheiros e como nós entendemos que vocês são propulsores dessa causa que a gente vem militando ao longo desses 25 dias – e nós temos 21 pontos como itens de pauta –, essa interferência é uma interferência civilizatória no sentido de trazer para vocês o que seria cada um desses 21 pontos. Então, já antecipando parte deles, um deles e o principal, referente ao nosso plano de carreira, o encaminhamento para a Assembleia Legislativa para que possa ser reestruturado. E aí o que acontece? Se porventura a Cátia ou a Michele ou a Kezyia ou o Anderson, quem assinam esse parecer, se além do título de graduação que eles têm, se eles tenham alguma pós-graduação, lato senso, stricto senso, que eles obtiveram ao longo da carreira ou previamente à posse no Estado, o plano de carreira como está hoje não reposiciona e reconhece esse nível de escolaridade adicional desses colegas. Eles têm que entrar com ação judicial, esperar anos. Pode ser que seja validada, pode ser que não seja. E aí esse novo plano de carreira que está proposto e que a gente precisa, mediante acordo judicial já firmado em 2016, que ele caminhe, vem para poder destravar todas essas inconformidades. Então essa interferência civilizatória é para que vocês entendam a importância de cada ponto que a categoria traz nesse movimento de greve. E estamos falando sim em consonância com cada item de pauta, porque nós estamos falando das pessoas que assinam esses pareceres. Por ora, é isso. Agradeço a atenção.”

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 8.1) Laticínios Mutumilk Ltda. Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido; Secagem e/ou concentração de produtos alimentícios, inclusive leite e soro de leite. Mutum/MG. PA/SLA/Nº 985/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação URA LM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alteração da Frequência referente ao Local de Amostragem “Efluente Industrial Tratado (tanque pulmão, após etapa físico-química)” do item 1 “Efuentes líquidos” do Anexo II - Programa de Automonitoramento da Ampliação da Licença de Operação - LAC 1 (LP+LI+LO), sendo aprovada como “Frequência: Anual.” Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Sedese, Segov, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço, Cefet e SME. Ausências: Codemig e Zeladoria do Planeta. Manifestações que antecederam a discussão e votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia, de novo, a todos e todas. Danielle Farias, mais uma vez me inscrevendo nos pontos de pauta por entender que sem os servidores esta Câmara nem existiria, porque não teria o que ser pautado e votado. Então hoje a política ambiental do Estado passa pelos servidores e por vocês, conselheiros, pelas Câmaras, pelas Unidades Regionais Colegiadas. Então estamos interligados nessa cadeia. E sem a valorização do servidor público do meio ambiente a gente perde, a gente não consegue realmente ‘fazer o trem prosperar’. Como que vamos ‘fazer o trem prosperar’ se hoje o servidor não é valorizado? Se hoje, como a nossa colega Laura falou, enfrentamos diversos obstáculos para conseguir realizar o nosso trabalho. Desde o momento que recebemos um processo e começamos a analisar, as vistorias, as inseguranças em viagens, as diárias que não dão para que a gente fique em hotel e se alimente durante as vistorias, a falta de segurança, porque a gente não tem seguro de vida, a insalubridade do nosso serviço, o desgaste emocional de tudo que a gente realiza, faz, o fato de que hoje nós temos pouquíssimos servidores. Porque o concurso foi feito em 2013, o concurso do qual eu ingressei, e hoje tem uma defasagem de servidor. Então a gente acumula serviço de dois, três, quatro colegas para que a gente dê conta. Então se hoje a gente tem uma pauta com dez processos, são oito processos, a gente a gente entende como que os nossos colegas servidores transpuseram obstáculos para que isso acontecesse e que fizeram a análise deles com excelência. Então mais uma vez colocamos a importância do nosso movimento grevista, a importância desta Câmara para nos auxiliar que exista uma mesa de negociação com o governo. E eu só quero lembrar alguns momentos que esta Câmara já nos ajudou. Em outros movimentos grevistas, em 2016, que tivemos uma greve de 60 dias, as Câmaras Técnicas foram responsáveis por assinar moções de apoio ao nosso movimento grevista. Em 2020, que também estávamos saindo para um movimento grevista antes da pandemia, as Câmaras Técnicas também assinaram uma moção de apoio ao nosso movimento grevista. E eu gostaria de pedir aos conselheiros que repensassem essa postura que está sendo colocada atualmente de não se posicionarem a respeito do que está acontecendo. A desvalorização do servidor acontece dia após dia, e mesmo assim nós trabalhamos com muita seriedade para que consigamos pautar a política ambiental do Estado. Então, por favor, eu peço aos senhores conselheiros que repensem e que nos auxiliem para que consigamos, enfim, ter uma mesa efetiva, com o governo, de negociação.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Novamente venho aqui destacar a importância dos analistas do Sisema na entrega dessa votação do Laticínios Mutumilk. É importante que venhamos aqui com conhecimento de causa tanto de como que é a estrutura do COPAM e de como que são feitos os pareceres. Então os senhores conselheiros recebem uma análise pronta, e essa análise é complexa, requer uma capacidade de correlacionar impactos, de conhecer o processo produtivo e todas as suas consequências ambientais. As pessoas que realizam essa análise estão de greve há 25 dias, e falta diálogo e avanço nas pautas que marcam o movimento. As nossas pautas envolvem o encaminhamento do plano de carreira para a Assembleia Legislativa, aprovação de concurso para que esse serviço à população possa ter mais celeridade e capilaridade no Estado. Então seria importante que este Conselho aprovasse uma moção de apoio para que a secretária possa entender que é benefício de todos o avanço das nossas pautas, não só para os servidores. Sentar numa mesa de negociação e avançar na execução das nossas pautas é em benefício de todos para que possamos continuar servindo à população de Minas Gerais.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Mais uma vez uma interferência civilizatória referente ao esclarecimento dos nossos 21 itens de pauta. Desta vez, aqui nomeando Thalles, Gabriela, Isabel e Giovana, que são colegas que assinam esse parecer. Parte deles pode ser que componham o corpo efetivo do nosso Sisema, parte pode ser que não componham, que estejam vinculados precariamente através de contratos. Ocorre que isso, de repente, não seja uma decisão deles, pessoal, seja sim uma falta de oportunidade por estar compondo o corpo efetivo, conforme disseram as colegas, desde 2013, sem concurso público. Então a gente não consegue garantir o ingresso efetivo desse corpo de profissionais na nossa carreira. Então mais uma vez validando, já falei sobre dois itens de pauta, agora esclarecendo mais um terceiro item de pauta, que é a realização de concurso público e a importância de trazer o servidor efetivo junto ao nosso corpo de técnicos, como fortalecimento da carreira e fortalecimento institucional. Mais um outro ponto de pauta também para encerrar aqui, referente aos nossos itens, diz respeito à questão do nosso plano de metas e indicadores, que recebe a sigla PMI. Os servidores, a Isabel, a Giovana, a Gabriela e o Thalles recebem, de acordo com o desempenho do grupo, mensalmente, uma gratificação por conta do atingimento de metas, produtos entregados para a sociedade, tal qual finalização de pareceres únicos de licenciamento dos atos autorizativos. E aí se o Thalles, a Gabriela, a Isabel ou a Giovana estejam em período de férias, em gozo de período de férias, esse plano, essa ajuda de custo referente ao que eles produziram, eles não recebem essa ajuda de custo enquanto estão de férias. Então eles saem de férias, recebem o terço de férias, voltam das férias e aí têm desconto o valor dessa ajuda de custo, porque saíram de férias. Então no final o que o servidor tem garantido referente a isso? Então um dos itens de pauta é justamente para que o servidor tenha direito de receber, receber essa ajuda de custo referente à sua meta, à sua produtividade, inclusive, em férias.”

9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 9.1) SDS Siderúrgica Ltda. Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa; Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem; Sistema de geração de energia termelétrica utilizando combustível não fóssil; Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados. Sete Lagoas/MG. PA/SLA/Nº 5466/2020. Classe 6. Apresentação: DGR/PLS. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alterações nas condicionantes 8 e 9, sendo aprovadas com as seguintes redações: “Condicionante nº 8. Estender o Prada proposto a todas as áreas denominadas no PIA como consolidadas, enviando relatório técnico-fotográfico que comprove a desmobilização e relocação das estruturas existentes. Estender também o Prada para as áreas consolidadas em Reserva Legal alocada na matrícula 35.259, referente à RL averbada na matrícula 9.937. Prazo: 120 dias.”; “Condicionante nº 9. Apresentar relatórios técnico-fotográficos comprovando a

execução/manutenção dos Pradas referentes à compensação por intervenção em APP, à recuperação das APPs degradadas do imóvel e à recuperação das áreas da Reserva alocada na matrícula 35.259, referente à RL averbada na matrícula 9.937, de forma que nas fotografias conste GPS com a coordenada do local de plantio. Prazo: Anualmente.” Votos favoráveis: Seinfra, Sedese, Segov, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço e Cefet. Ausências: Sede, Codemig, Zeladoria do Planeta e SME. Manifestações que antecederam a discussão e votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia a todos e todas. Senhora presidente, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, mais uma vez, venho colocar aqui a importância desta instância para a política ambiental do Estado e colocar a importância de um servidor público valorizado. Como nossas colegas já falaram muito bem, Laura, Renata, esta instância não anda dissociada do nosso trabalho diário. Eu sou engenheira florestal de formação, estou lotada no licenciamento, então participo do dia a dia da análise de um processo, de vistoria, de todos os obstáculos que enfrentamos para que consigamos trazer um resumo de tudo que foi analisado num parecer único para que os conselheiros votem pelo deferimento ou indeferimento das licenças. Então entendemos que sem a valorização do servidor esse trabalho fica cada vez mais difícil de ser realizado. Hoje nós temos uma defasagem salarial de mais de 80%. Hoje a nossa diária para que sejam realizadas vistorias não tem um reajuste há vários anos e não consegue acompanhar os valores de hotel e de alimentação. Então, quando a gente sai para a vistoria a gente paga para trabalhar. E hoje não temos adicional de insalubridade, mesmo atendendo acidentes, como é o caso do Núcleo de Emergências Ambientais, que atende acidentes com produtos perigosos e outras coisas. Então o que nós solicitamos nos nossos 21 pontos de pauta, resumidamente, é a valorização da nossa carreira. Nós compreendemos que valorizando o servidor ambiental estamos valorizando o meio ambiente, valorizando o desenvolvimento sustentável do Estado e vamos, enfim, fazer com que ‘o trem prospere’. Então mais uma vez eu peço para que esta instância pense sobre isso e nos auxilie para que consigamos uma mesa de negociação efetiva com o governo. São 25 dias de greve, nós tivemos duas mesas até o presente momento, em nenhuma delas foi colocada uma proposta. E lembrando que uma das nossas das nossas pautas é o pedido para que seja encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei para que tenhamos um plano de carreira, e isso já é um ganho da nossa categoria, da nossa greve realizada em 2016, que o governo não cumpre. Então o que solicitamos desta casa é um apoio, que seja votada uma moção de apoio ao movimento grevista e que entenda que sem uma categoria valorizada esta instância nem vai continuar a existir.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Bom dia, conselheiros. Está em votação SDS Siderúrgica. Siderurgia é de grande importância em Minas Gerais, mas também contribui com grande emissão de particulados, que precisam ser monitorados conforme normativos ABNT etc. E quem garante que esses normativos estão sendo e serão cumpridos depois da licença são os analistas que fazem a verificação e apresentação, a este Conselho, de um parecer único. Esses analistas estão aqui pedindo a valorização por esse trabalho. E é importante, eu queria colocar o que nós vimos na pauta anterior, como foi importante a participação do colega Zanon no esclarecimento das dúvidas do Conselho. Esse papel a gente faz ao longo de todo o licenciamento, esse papel de esclarecimento e de garantia de que as normas ambientais estão sendo cumpridas. Nós passamos 25 dias em greve sem ser escutados, sem serem colocadas na mesa propostas que efetivamente vão trazer ganhos para a nossa categoria. Nós sabemos da nossa importância. Não estamos aqui para fazer uma dicotomia entre setor produtivo e os servidores. Sabemos que todos aqui estão trabalhando juntos. Então novamente aqui colocar a importância. Nós vimos aqui na prática a importância de um servidor que conhece a legislação, esclarece e deixa claro como que ela tem que ser cumprida, em que termos e dá segurança para a votação dos conselheiros. Então é por isso que precisamos de valorização cada dia mais.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Presidente Kamila, senhores conselheiros, a existência desse parecer, na pauta, da SDS Siderúrgica, ele para mim é um prato cheio, é emblemático para validar o movimento grevista em que nós estamos. Por quê? Porque ele é fruto do PLS. Para quem não conhece ou tem desconhecimento, o PLS é o Projeto de Licenciamento Sustentável. É uma celebração de um acordo de cooperação técnica que foi firmado entre o governo do Estado de Minas, por intermédio da SEMAD, da FEAM, Comunitas, enfim, com o objetivo de subsidiar a FEAM na redução do estoque de processo de licenciamento ambiental. Então é um processo do ano de 2020 que está sendo concluído agora em 2025. Então esse objetivo de cumprir com a eliminação de passivo vem sendo muito bem executado pelo PLS. Ocorre que ao ter essa interface com o externo – e tivemos uma equipe interdisciplinar maravilhosa como responsáveis técnicos no nosso parecer –, pensem que maravilha não seria se pudéssemos ter todos esses engenheiros florestais, biólogos, engenheiros ambientais, geólogos listados nessa lista de equipe interdisciplinar como corpo efetivo do Sisema, através da realização de um concurso público, que há 12 anos não existe. Então o PLS, a existência do PLS é uma prova tácita dessa defasagem em que estamos. E adicionalmente a gente consegue mais um outro caso clássico, através da leitura desse parecer, porque dentro dessa equipe interdisciplinar externa que compõe a gente tem um nome fenomenal, fantástico, de uma excelente profissional, que foi colega nossa no Sisema por anos e que, de repente, por ter 85% de defasagem salarial, por não ser reconhecida por seu mestrado, seu doutorado e tudo mais, escolheu não mais estar no Sisema e hoje, curiosamente, está brilhantemente prestando os trabalhos externamente, o que mostra, evidencia mais uma vez essa perda e esse desmonte que estamos vivenciando por conta da realidade em que a gente se encontra. Então é só externalizar mesmo, porque esse parecer, a existência dele na pauta, ele é emblemático para que vocês entendam aonde estamos.” **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE ADENDO À RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) McLaw do Brasil Ltda. Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 1 (perigosos) não especificados; Produção de substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organoinorgânicos, exceto produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão de pedra e da madeira. Arceburgo/MG. PA/SLA/Nº 953/2024. Classe 5. Apresentação: URA SM.** Adendo deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seinfra, Sedese, Segov, Codemig, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço e Cefet. Ausências: Sede, Zeladoria do Planeta e SME. Manifestações que antecederam a votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia a todos e todas. Novamente, Danielle Farias, inscrita como sociedade civil, servidora da FEAM. Estou no movimento de greve. São 11 anos de nomeação, do concurso. Anteriormente foi um ano contratada. Tive a felicidade de, no momento de estar contratada, ter um concurso público para que eu tentasse a possibilidade de ingressar na carreira. Coisa que hoje não acontece com os contratados que estão dentro do Sisema. São anos sem concurso, e desde 2013 para cá, devido à desvalorização da nossa carreira, salários que não acompanham nem a inflação e outras questões que já colocamos aqui, os obstáculos que enfrentamos no dia a dia, vários colegas deixaram o concurso público para estar em outros espaços, como a nossa colega trouxe no item anterior, a Renata falou no item anterior. Hoje a nossa categoria gira em torno de mil trezentos e poucos servidores, tem vários servidores em processo de aposentadoria, então isso vai caindo cada dia mais, o número de servidores. A nossa base atualmente é de que 59% das pessoas que estão na secretaria são servidores, o restante, contratados, e o número de contratados vai aumentar devido ao fato de que servidores estão saindo, estão se aposentando, e a gente hoje não tem concurso público. Nós entendemos como fundamental para a valorização da nossa carreira que exista o concurso público, pois é só assim que temos estabilidade de estar na carreira. Então o que colocamos como importante para nossos pontos de greve é que a nossa carreira seja valorizada em todos os âmbitos, seja com melhoria de salário, plano de carreira, concurso público, alteração de questões de seguro de carro, valores de diárias. E o que pedimos a esta Câmara é que se sensibilize na nossa pauta e nos auxilie, tentando mostrar ao governo a importância da carreira ambiental para que tenhamos uma mesa de negociação. Nesse meu pedido, eu peço para que os conselheiros repensem a postura que estão tomando dentro das Câmaras Técnicas e assinem uma moção de apoio ao movimento grevista.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Bom dia, senhores conselheiros. Eu queria destacar desse processo a importância dos analistas ambientais para garantir que o Conselho está votando com segurança e que nenhuma norma está sendo infringida, que todos os controles de legalidade foram conferidos. Eu queria trazer aqui a importância do controle processual no licenciamento, que também é uma análise complexa e requer analistas especializados e com experiência em legislação ambiental. A existência e a permanência desses analistas dentro do órgão só vão acontecer quando tiver a valorização da carreira. O que a gente vê é que os analistas entram, pegam a experiência e levam para a consultoria, e o órgão fica sempre tendo que iniciar de novo o processo de formação de pessoas nessa análise. Então de novo colocando aqui a importância de todas as análises, desde a análise técnica para análise jurídica de um processo de licenciamento que dá aos conselheiros a garantia e a possibilidade de votar no deferimento conforme o parecer. Eu queria colocar que a periodicidade e os parâmetros, existe a legislação, mas sempre que necessário – e nesta Câmara se faz isso –, se for preciso restringir, esses conselheiros podem votar conforme o tipo de empreendimento, porque o princípio da precaução sempre se sobrepõe.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Olá, presidente. Olá, senhores conselheiros. Novamente aqui nessa interferência civilizatória. E agora trazemos mais um dado também constrangedor no universo da categoria do meio ambiente. Quando falamos em percentual remuneratório, podemos considerar que 70%, senão mais, estão vinculados ao recebimento de gratificações. A remuneração base estaria hoje respondendo a 30% e olhe lá. Então isso já é um dado constrangedor. E esses itens de pauta todos, o movimento vem tentando progredir nisso. E quando

pegamos o parecer da McLaw a gente consegue traduzir para vocês uma situação. Por exemplo, tem a equipe interdisciplinar, queridos colegas do Sul de Minas, onde atuei por nove anos ao longo desses 11, com a regularização ambiental. E tem um analista respondendo pelo parecer juntamente com os dois coordenadores. Estamos lidando com o adendo, então de fato pode ser que seja algo simples, mais objetivo de ser trabalhado, mas ao mesmo tempo pode ser e às vezes é a realidade que não seja. Então esse analista ambiental é ele quem vai se debruçar pelas centenas, milhares de páginas dos estudos ambientais apresentados, é ele quem vai pegar o carro, dirigir, ir lá fazer a vistoria em Arceburgo e voltar; é ele que vai ter que ter uma expertise para lidar com os temas dos diagnósticos do meio físico, biótico, socioeconômico e tudo mais. Um único analista respondendo por isso tudo. E esse mesmo analista, dentro desses 70% de remuneração em gratificação, uma delas que é a gratificação por atividade de fiscalização, o analista que vai a campo e teria direito de recebê-la, mas não é uma realidade. Muitos dos analistas têm que entrar na Justiça para conseguir receber essa gratificação, porque ela não é concedida a todos. E além de brigar por recebê-la é uma gratificação que nós estamos em 2025 e desde 2014 tem o seu mesmo valor, não foi alterado há 11 anos. Então é mais um recorte, mais uma tradução para os senhores conselheiros nessa sensibilização sobre o nosso movimento da realidade em que se encontra a categoria de meio ambiente dos servidores do Estado de Minas Gerais.”

10.2) XCMG Brasil Indústria Ltda. Fabricação de máquinas em geral e implementos agrícolas, bem como suas peças e acessórios metálicos. Pouso Alegre/MG. PA/Nº 28273/2011/005/2019. Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0029841/2021-51. Classe 5. Apresentação: URA SM. Adendo deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seinfra, Sedese, Segov, Codemig, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço e SME. Ausências: Sede, Zeladoria do Planeta e Cefet. Manifestações que antecederam a votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia, mais uma vez. Mais uma vez venho trazer a importância desta Câmara para nos auxiliar no nosso movimento em prol da valorização da carreira do servidor ambiental. A nossa carreira lida diariamente com diversas atividades importantes para o desenvolvimento do Estado. E não só isso, mas, dentre as casas que estamos divididos, o sistema, a gente também traz as agendas positivas, que são a criação de unidades de conservação, a gestão dessas unidades, as brigadas de incêndio. Como eu já falei aqui, o Núcleo de Emergência Ambiental, que é valorizado nacionalmente. Temos respaldo nacional de como o nosso núcleo hoje funciona. E hoje esse núcleo tem pouquíssimos servidores. Esses servidores têm que estar de plantão 24 horas por dia, porque eles não conseguem nem fazer um revezamento. São pouquíssimos servidores para esse núcleo tão importante. Como a nossa colega colocou, a Renata colocou, nós fazemos os pareceres em equipes interdisciplinares e muitas vezes não conseguimos ter realmente uma equipe interdisciplinar devido ao número de servidores dentro das regionais e dentro de cada setor. Então muitas vezes a gente acaba se debruçando meses e meses em um único processo para que a gente consiga trazer para os senhores a análise completa de todos os impactos que podem gerar esse empreendimento. Então o que colocamos para vocês é que o COPAM não é dissociado do trabalho que nós fazemos no dia a dia. A política ambiental do Estado passa por nós e passa por vocês. E nós precisamos neste momento valorizar quem está na ponta desse processo. E quem está na ponta desse processo somos nós servidores. Então por isso eu peço novamente para que esta Câmara volte a ser da forma que já foi anteriormente e nos auxilie e nos apoie, não só com falas aqui no momento das votações, mas que assinem uma moção de apoio para que consigamos mostrar para o governo a nossa importância, mostrar para o governo mais uma vez que tem que ter mesa de negociação e que nós vamos continuar em greve. É a maior greve feita pela categoria, com tempo indeterminado. E que só vamos voltar a analisar processos, a pautar processos e a cumprir as metas estabelecidas quando a nossa categoria tiver ganhos reais em relação às 21 pautas trazidas pelo movimento grevista.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Olá, senhora presidente, senhores conselheiros. Estamos aqui agora analisando, deliberando pela XCMG Brasil, mais um processo dos queridos analistas da Regional Sul de Minas. Inclusive, nos nove anos que estive lá, não sei falar quantas vezes estive na XCMG Brasil trabalhando com a renovação da Licença de Operação deles, com a ampliação do processo de operação deles. Então já tivemos muitas oportunidades de estar lá. E esse parecer também consegue aqui traduzir muito bem um dos nossos 21 itens da pauta do movimento grevista. Por quê? Porque nós temos quatro colegas analistas que assinam esse parecer, sendo que um desses colegas analistas podemos dizer que, se ele sobreexiste no Sisema hoje, deve-se a uma pauta que está dentro dos nossos 21, que diz respeito à aprovação de planos de metas de teletrabalho com a participação do Sindsema, que é o nosso sindicato. Por quê? Porque é um servidor que é filho único, um servidor que tem os pais já dependentes dele para a rotina do dia a dia e que não estão na cidade onde é a sede do Sul de Minas; e é um servidor que, lindamente, foi pai neste ano, então está com um recém-nascido, um bebê, digamos. E que hoje está usufruindo do teletrabalho integral por conta dessa realidade em que ele se encontra. Então mais uma vez reforçando, mais um dos nossos pontos do movimento grevista, que é a aprovação do plano de metas de teletrabalho com a participação do Sindsema. É um ganho que veio da pandemia. A gente teve um tempo em teletrabalho integral, depois voltamos para o regime quatro para um. Atualmente estamos no três para dois, que é três no escritório e dois em casa. Essa mudança do quatro para um foi feita de forma indiscriminada, e o servidor entende que nós temos condições de atender as metas, entregar os produtos, estar no campo, estar no escritório com esse regime que entendemos pertinente e atenderia muito bem ao servidor, do quatro para um, minimamente. Então mais uma vez um parecer assinado por um servidor em que um ponto de pauta do movimento grevista a gente consegue ilustrar belamente essa realidade. Agradeço a atenção.”

11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA OPERAÇÃO. 11.1) Contagem Indústria Comércio de Espumas e Colchões Ltda. Fabricação de móveis estofados ou de colchões, com fabricação de espuma. Contagem/MG. PA/Nº 01887/2004/005/2015. Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0037625/2021-82. Classe 6. Apresentação URA CM. Pedido de exclusão de condicionante deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seinfra, Sedese, Segov, Codemig, CRT, Fiemg, Siamig, Instituto Espinhaço e SME. Ausências: Sede, Zeladoria do Planeta e Cefet. Manifestações que antecederam a votação do processo neste item de pauta. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia a todos conselheiros, conselheiras, senhora presidente. Mais uma vez vindo colocar o nosso movimento como importante movimento para a valorização da categoria de meio ambiente. Esse processo é uma exclusão de condicionante. E hoje nós já tivemos a prova de que sem o servidor nesta Câmara, trazendo análise técnica e podendo discutir sobre o processo durante a reunião, a gente pode ter situações como essa de agora: ser votado um parecer com x, y, z condicionantes, e depois o empreendedor entrar com o pedido de alteração de prazo de condicionante ou exclusão de condicionante ou mudança de condicionante, devido ao fato de que não foi discutido no momento oportuno dentro desta instância. E aí coloco uma questão assim, quando a gente analisa um processo – a gente, eu falo analista ambiental, gestor ambiental –, a gente analisa um processo, a gente coloca os condicionantes pensando nos impactos e nas compensações que esse processo tem que fazer e tudo mais. E trazer para a Câmara novamente com uma exclusão de condicionante é um trabalho dobrado para o analista. Então a gente se debruça novamente sobre um processo que deveria estar já num outro patamar, que é estar dentro dos núcleos de Nacan, onde são monitoradas as nossas condicionantes. E aí a gente retorna com esse parecer para a Câmara. Por que eu estou falando tudo isso? Estou falando tudo isso porque sem o analista, sem o gestor ambiental, isso não aconteceria. Então a nossa interferência direta dentro dos processos produtivos do Estado ocorrem diariamente, na nossa análise, nos nossos pedidos de informação complementar, nos nossos pedidos de condicionante, nas nossas propostas de compensação. Quando a gente tenta junto ao empreendedor para que ele faça convênios com universidades para tratar de um assunto específico, tais como a presença de uma nova espécie catalogada, a gente está fazendo um serviço de excelência para que o nosso Estado esteja alinhado meio ambiente com desenvolvimento produtivo. Como que esses servidores que estão na linha de frente disso tudo não são valorizados pelo nosso Estado? Como que esses servidores, que dia após dia mostram que estão trabalhando praticamente por amor, não são valorizados por este Estado? Como que vamos prosperar enquanto Estado se não somos valorizados? A nossa categoria hoje é uma das categorias que mais arrecada. E como que a gente não é valorizado? Uma das nossas maiores atividades está até no nome do nosso Estado. E como que nós que analisamos tudo isso e propomos mitigação de impacto dessas atividades não somos valorizados? Eu gostaria de entender como é que chegamos nessa situação. No dia após dia de um desmonte que parece ser orquestrado de todos os lados. Então mais uma vez eu peço para esta instância repensar, os conselheiros repensarem na sua atuação dentro deste Conselho e nos apoiarem no movimento de greve efetivamente. E que a gente tente junto ao governo uma mesa de negociação o mais rápido possível. São 25 dias de greve e são 25 dias em que vários processos estão parados porque a gente não está analisando enquanto a gente está em movimento de greve. E a gente não vai voltar enquanto não tiver uma proposta plausível para atender a nossa categoria.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Olá, senhora presidente, senhores conselheiros. Mais uma interferência civilizatória neste último processo da pauta. E aqui nós temos Contagem Indústria Comércio de Espumas e Colchões Ltda. Também produzido e assinado pelos colegas da Central Metropolitana. Enfim, dentre mais uma vez os nomes que nós temos aqui listados na autoria deste parecer, cabe destacar que nós temos o nome de uma pessoa fantástica, maravilhosa, sensacional, que eu diria ser o número 1 no Sisema hoje, quando o

conteúdo posto é espeleologia, esse tema tão presente no Estado de Minas Gerais, essa vocação que a gente tem. Então tem o nome número 1, sumidade nesse assunto, aqui assinando esse parecer. E é uma pessoa que infelizmente tem um vínculo precário com o Estado, é uma pessoa que ainda a gente conta dentro do nosso corpo efetivo de servidores e que vem resistindo ao longo desses anos no Sisema. A gente tinha outros colegas também excepcionais nessa temática que trabalhavam junto com elas. E aí dois deles nesse último ano se desligaram porque também estavam ligados através de vínculos precários e não resistiram, por motivos óbvios, que estão muito bem aqui expostos. E através disso a gente elucida, mais uma vez outros dois pontos dos nossos 21 pontos. Um deles é uma mesa de negociação permanente específica para os servidores do meio ambiente, e o outro, que é uma data-base anual para reajuste das perdas inflacionárias. Como já colocado, desde 2012, apenas duas correções realizadas, acumulando 85% de defasagem. Então queremos ter direito a isso para que outros colegas tão excepcionais não nos faltem no Sisema.”

12) ASSUNTOS GERAIS. Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia a todos e todas. Minha última manifestação nesta Câmara hoje. Mais uma vez venho solicitar aos conselheiros que repensem a atuação de vocês dentro desta instância e entendam a importância da valorização do servidor público de meio ambiente. Então peço mais uma vez que vocês analisem a possibilidade de tirar desta instância uma moção de apoio à nossa greve. Era isso. Muito obrigada.”

Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Tomara que dê tempo de fazer dentro dos 30 minutos, mas eu queria retornar ao assunto que eu me inscrevi lá no começo para falar da consulta pública e queria ver, se não der tempo de resposta, de poder aumentar esse tempo de 30 minutos. Mas de qualquer forma, em relação à consulta pública, eu queria saber qual é o fluxo depois da consulta pública, quais são os passos até a gente chegar numa discussão final de como que vai ser a nova estrutura do COPAM. Vai ter maior publicização do tema? Eu estou achando que só no site do COPAM não está chegando nos lugares que tem que chegar. E se está no fluxo voltar para cada Câmara ou vai voltar só na CNR. E se é possível responder à consulta como grupo ou só é possível responder como pessoa. Essa é uma pergunta, mas eu tenho outra manifestação para fazer... Então vou fazer a leitura de uma carta, que estamos fazendo em todas as Câmaras, aos conselheiros desta Câmara. ‘Os fatos desvendados pela Operação Rejeito expuseram algo que há muito tempo os analistas ambientais do Sisema vêm relatando.: a possível utilização da estrutura do Estado em favorecimento de grupos econômicos em Minas Gerais. O Conselho de Política Ambiental (COPAM), por meio de suas Câmaras Técnicas, é parte da estrutura que operacionaliza a política ambiental, que por princípio tem como chefia máxima os representantes do alto comando do governo estadual. É necessário que as Câmaras Técnicas do COPAM embarquem no esforço de autotutela, prestando contas à sociedade quanto às denúncias apresentadas na Operação Rejeito, na qual vários investigados compunham a mesa ou representavam entidades na CPB, CNR, CID, CAP e CMI. Seria importante paralisar as votações até que seja dada essa prestação de contas à sociedade. Alguns dos pontos: quais medidas este Conselho pretende tomar para que essa situação seja coibida? De que forma é possível aumentar a transparência no processo de decisão do COPAM? Quais licenças foram emitidas com o voto do conselheiro denunciado que representava a Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta? Quais conselheiros deveriam se declarar impedidos ao longo das votações? Haverá revisão das decisões, conforme dito pelo assessor de comunicação do Estado. Quais foram as empresas embargadas após a denúncia da Operação Rejeito? E quais e quantas licenças compõe essa lista? Como ação de transferência, a Presidência do COPAM deveria ainda revisar os vínculos jurídicos dos conselheiros desta Câmara, no intuito de demonstrar que não é conivente com a corrupção que se instalou em algumas estruturas do governo. Há questões de ordem que se impõem, como a paralisação do processo de recomposição das Câmaras no Conselho, que está vencida, já completou os dois anos, e o processo de recomposição ainda não foi iniciado. Com base em qual legislação o COPAM tem mantido a segurança jurídica das votações? Nesse sentido, como forma de combate a condutas ilícitas do órgão, é extremamente importante uma resposta que busque o aumento da transparência e revisão da representatividade do COPAM nas Câmaras Técnicas. A separação do joio do trigo no Conselho não ocorrerá se os fluxos continuarem os mesmos, se os agentes ainda permanecerem nas Câmaras e se a instituição não aumentar suas formas de controle. Apenas dizer que é contra a corrupção não é suficiente, é preciso agir para que ela não prospere. Para aqueles que abraçaram a ideia de ‘Estado eficiente’ sem entender a quem ele realmente serve, pode ajudar a vestir de legalidade projetos que não são do interesse público. Por último, é preciso convocar o COPAM para uma construção de moção de apoio à greve aos servidores do Sisema. Entendemos que a continuidade da greve é prejudicial a todos, compromete principalmente as ações de fiscalização, que inibem irregularidades ambientais no Estado. É preciso exigir que a secretária, juntamente com o governo, apresente o quanto antes proposta de resolução efetiva com seus servidores para que não se agrave a situação ambiental de Minas Gerais.”

Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: Olá, eu novamente, encerrando a fala aqui, agradecendo a atenção de todos, da senhora presidente, senhores conselheiros. Eu queria retomar aqui apenas a constituição desta Câmara, através deste Conselho. A Laura muito bem expôs um assunto que diz respeito a uma notícia muito ruim que tivemos na última semana e que infelizmente, enfim, apurações estão sendo feitas, mas temos dois nomes de pessoas que compõem esta estrutura da CID e que estão na lista das investigações da Polícia Federal. Nomes até, um deles, de servidor efetivo do Sisema, pessoa que vem se dedicando ao longo dos últimos 11 anos também de uma forma muito ilustre às atividades do Sisema. E que a gente pode fazer essa leitura também do quão vulneráveis e frágeis também nos expôs, nós que estamos aqui, que nos predispomos a trabalhar com a análise de atos autorizativos, pautando esses processos aqui no Conselho. Enfim, é relevante que essa leitura seja feita também diante do sistema em que a gente se encontra. E aí a gente tem aqui representantes do poder público, a Segov, que é a Secretaria de Estado do Governo, da qual demandamos muita atenção neste momento em que a gente se encontra, por conta dessa mesa de negociação; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, aquilo que nós somos uma engrenagem. Para a gente ter 1 milhão de empregos gerados, parte desse 1 milhão de empregos gerados vem das indústrias, enfim, de todo esses estabelecimentos que demandam licença ambiental, e que são servidores públicos de meio ambiente quem analisam e expedem essas licenças ambientais. Então é importante que isso seja colocado. A gente tem a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade, Seinfra. Nós temos os projetos do Rodoanel, metrô, quantos projetos que a gente não vem também analisando enquanto servidores, trabalhando nos licenciamentos ambientais. A Sedese, Desenvolvimento Social, nos diagnósticos do meio socioeconômico, de todos esses grandes projetos. Também quantos diálogos não fazemos, projetos da Codemig, enfim. Nós temos as indústrias de Minas Gerais. A própria Fiemg, sempre atuante, e nós aqui trabalhando também pelos atos autorizativos. Enfim, toda essa composição aqui deste Conselho. A Sociedade Mineira de Engenheiros, quantos engenheiros não compõem o corpo efetivo do Sisema hoje. Então a gente conta, a mensagem também que queremos passar aqui é que cada um que compõe essa cadeira, que está aqui defendendo essas instituições, sejam propulsores ao levar para as instâncias máximas essa causa tão nobre, que nós estamos aqui muito bem trabalhando ao longo desses 25 dias, que a gente quer logo poder dar um fim e retomar as nossas rotinas de trabalho com dignidade. Então é essa mensagem também que a gente gostaria de passar para esta Câmara de Atividades Industriais.”

Janaína Mendonça/Servidora do Sisema: “Bom dia a todas e todos. Sou Janaína Mendonça, sou analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e também estou hoje aqui junto com as minhas colegas para falar um pouquinho desse movimento grevista. Tudo que elas falaram é muito legítimo, mas eu queria trazer um outro contraponto, principalmente evocando a nossa Constituição. Quando a nossa Constituição traz que o meio ambiente é um direito e que ele está diretamente relacionado à qualidade de vida das pessoas, é muito importante entender que cabe, quando diz que cabe ao poder público e à coletividade o cuidado para que esse direito seja garantido e cumprido, o quanto esse espaço de participação social e de controle social é muito importante. Vocês estão representando, nas Câmaras Técnicas e no COPAM, a sociedade, em especial quem está aí pela sociedade civil. E quando a gente representa a sociedade para pautar processos que geram impactos ambientais, e a gente tem que pensar que esses impactos ambientais podem trazer danos à saúde, à qualidade de vida, o quanto essa corresponsabilidade do poder público e da coletividade precisa ser considerado. E nós servidores, em especial da agenda positiva que a gente chama, estamos aí para poder garantir os serviços ecossistêmicos que a natureza presta. E quando um processo, alguma atividade produtiva, ela não está em acordo com esses serviços ambientais e ecossistêmicos, os prejuízos para a vida humana são muito grandes. E cada um de nós e de vocês que fazem parte desta Câmara tem responsabilidade nisso. E quando chegam os processos, muito bem colocado pelas colegas, processos bem pensados, bem elaborados tecnicamente, vocês têm muito mais segurança jurídica para votar. E aí a preocupação é quando esses processos podem voltar no futuro. Quando a gente fala ‘eu votei num processo que gerou um impacto e que hoje está voltando para mim de novo’. Então garantir o servidor público e qualificado, em quantidade, em qualidade é garantir processos que vão dar segurança no voto para vocês e, consequentemente, na garantia de um direito essencial da nossa constituição. Então quando a gente traz todos esses pontos, que a Renata trouxe muito bem, vinculando as nossas pautas, nada mais é para que a gente consiga trabalhar, trabalhar bem, em conjunto com vocês, nessas tomadas de decisão, e, consequentemente, na garantia de um direito fundamental, que é o direito à vida, à qualidade de vida. Então a gente conta com vocês, nós não queremos continuar em greve, nós não queremos sair do Sisema. Todos os dias nós somos convidados a sair do Sisema, com propostas salariais, com

melhores condições de trabalho. Eu estou servindo ao povo mineiro há 20 anos, com muitas propostas, inclusive uma agora, mas eu não quero sair, eu quero continuar. E eu sei que os meus colegas também querem continuar. E tenham certeza que um servidor público valorizado e com qualificação e condições de exercer o seu papel é segurança para todos, em especial, para vocês que hoje representam a sociedade na política ambiental de Minas Gerais. Então muito obrigada pela oportunidade, e a gente conta com vocês nessa luta, em especial para promover uma mesa de negociação neste momento, que é muito importante para a gente, porque precisamos sair dessa situação. Muito obrigada.” **Presidente Kamila Esteves Leal:** “Muito obrigada a todos os inscritos. Eu vou chamar a Vânia, da secretária executiva, para poder prestar os esclarecimentos trazidos.” **Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD:** “Em relação ao que foi questionado acerca da consulta pública, conforme amplamente divulgado nas reuniões das Unidades Colegiadas do COPAM, nas nossas redes sociais, tanto em stories quanto também no site, fica randomicamente divulgada essa consulta pública. Encaminhamos também para as nossas Regionais, para que nos auxiliem, nos ajudem nessa divulgação. Encontra-se aberta consulta pública que visa aprimorar tanto o Decreto 46.953, que é de 2016, com a participação da sociedade, por meio de formulário eletrônico disponibilizado no site da SEMAD. Esse formulário é feito no Forms e é preenchido individualmente. A outra questão, em relação ao fluxo, nós estamos com essa consulta pública aberta até 30 de novembro. Então até o dia 30 de novembro todas as pessoas interessadas – e aqui a gente convida todos a participarem do processo – ficará aberta. Após a consolidação dessa consulta pública, assim que fecharmos essa consulta pública, nós faremos a compilação e consolidação dessas contribuições internamente, por meio de uma equipe definida para isso, e após será apresentada nas reuniões do Plenário do COPAM e do CERH, as instâncias dos dois Conselhos que discutem sobre política pública. E nesse sentido a SEMAD convida toda a população a participar do processo de aprimoramento desses decretos. A participação ativa da sociedade é fundamental para consolidar uma política ambiental mais justa, moderna e eficaz. Eu acredito que eu tenha respondido todas as perguntas e agradeço, senhora presidente. Muito obrigada.” **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Kamila Esteves Leal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Kamila Esteves Leal

Presidente Suplente da Câmara de Atividades Industriais



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Esteves Leal, Diretora**, em 23/10/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **125751041** e o código CRC **BBF17281**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030198/2025-03

SEI nº 125751041